

A Administração Pública no Brasil e os Desafios da Gestão Pública Contemporânea

Professor Amarildo Baesso

2013



8h30 – 9h00 – apresentação.



9h00 – 9h45 – vídeo – “A invenção do Brasil”.



9h45 – 10h30 – panorama geral da gestão pública no Brasil.



10h30 – 10h45 – intervalo.



10h45 – 11h30 – desafios da gestão pública no Brasil.



11h30 – 12h00 – contratação no setor público.



12h00 – 12h30 – transparência, prestação de contas e controle.

**ESTADO
MODERNO**

Unidade soberana frente a outras.

Fronteira geográfica contínua – território.

Língua comum estimulada – povo.

Legitimidade racional legal – burocracia, despersonalização e impessoalidade.

Organização formal – gestão.

Busca de homogeneidade na diversidade – controle do conflito.

Impõe disposições básicas para o exercício da atividade autônoma – direitos positivos e negativos.

Laicidade e tolerância religiosa.

Exercício da coerção.

GESTÃO PÚBLICA

Perspectiva jurídica - normas

Perspectiva administrativa - técnicas

Perspectiva política – políticas públicas

Desafios

Garantia da eficácia

**Arranjos institucionais
adequados**

Desburocratização

PANORAMA GERAL DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

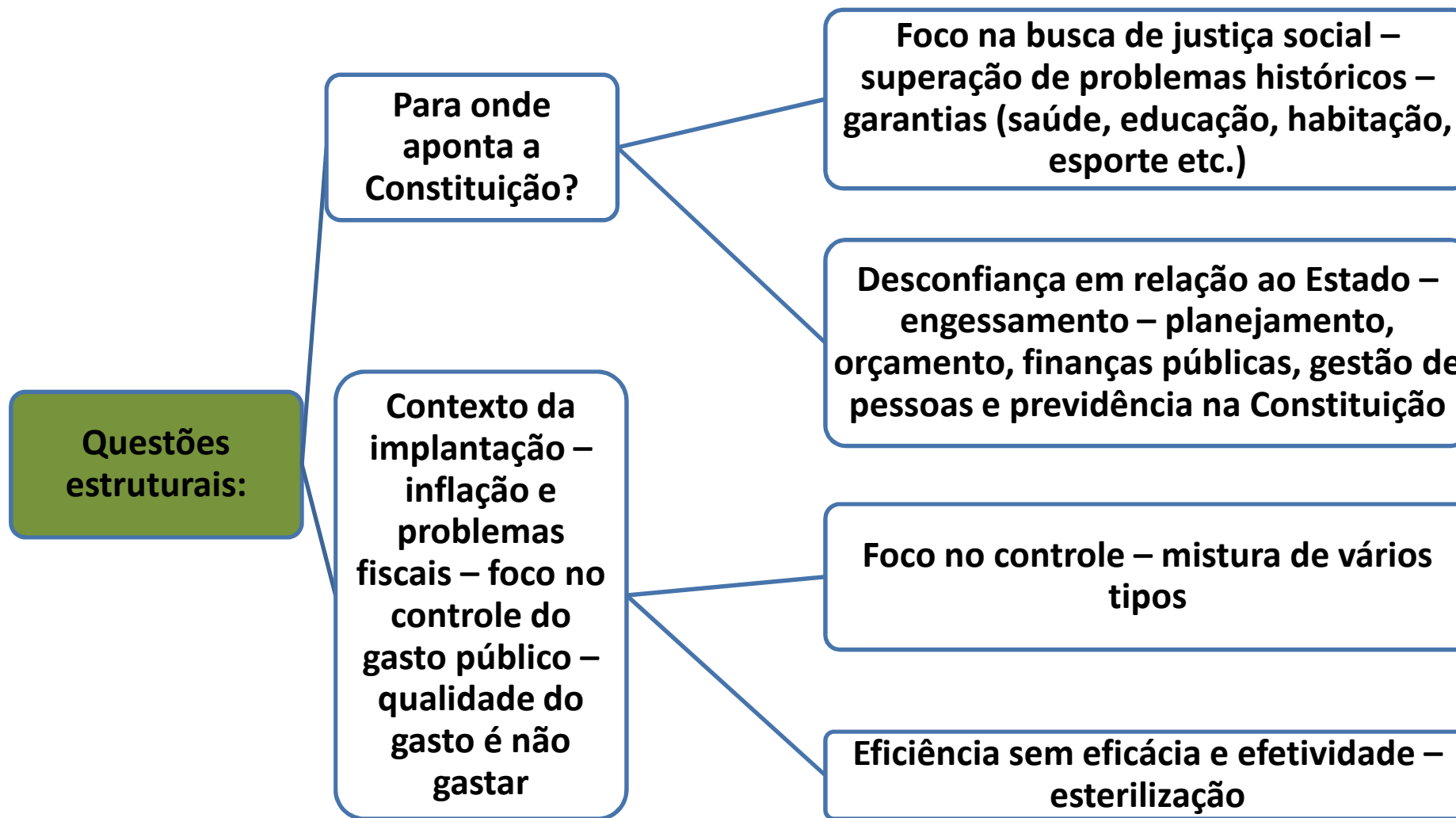
Pré-constituição de 88

República Velha – instituição do modelo republicano, presidencialista e federativo; predominância do patrimonialismo.

Estado Novo – DASP – construção das bases para a industrialização; princípios da racionalização burocrática; padronização, normatização e controle.

Modernização autoritária – ampliação da intervenção do Estado na economia; nova organização da Administração Pública (decreto lei 200) planejamento, orçamento programa e administração financeira; centralização da arrecadação; crescimento da administração indireta, tentativa de desburocratização.

Nova República – avanço das práticas patrimonialistas; e marginalização do funcionalismo público.



REFORMA DO ESTADO

Diagnóstico

- Crise fiscal – gastos públicos excessivos.
- Ineficiência da burocracia.
- Controle de processos - *a priori*.

Superação

- Desestatização.
- Regulação.
- Descentralização.
- Publicização.
- Flexibilização.
- Controle de resultados.
- Modelo gerencial de governança - competição no interior do Estado – fortalecimento do núcleo estratégico.

**Dificuldades com implantação – prevalência do controle do gasto público.
Falta de perspectiva finalística – reformar para quê?**

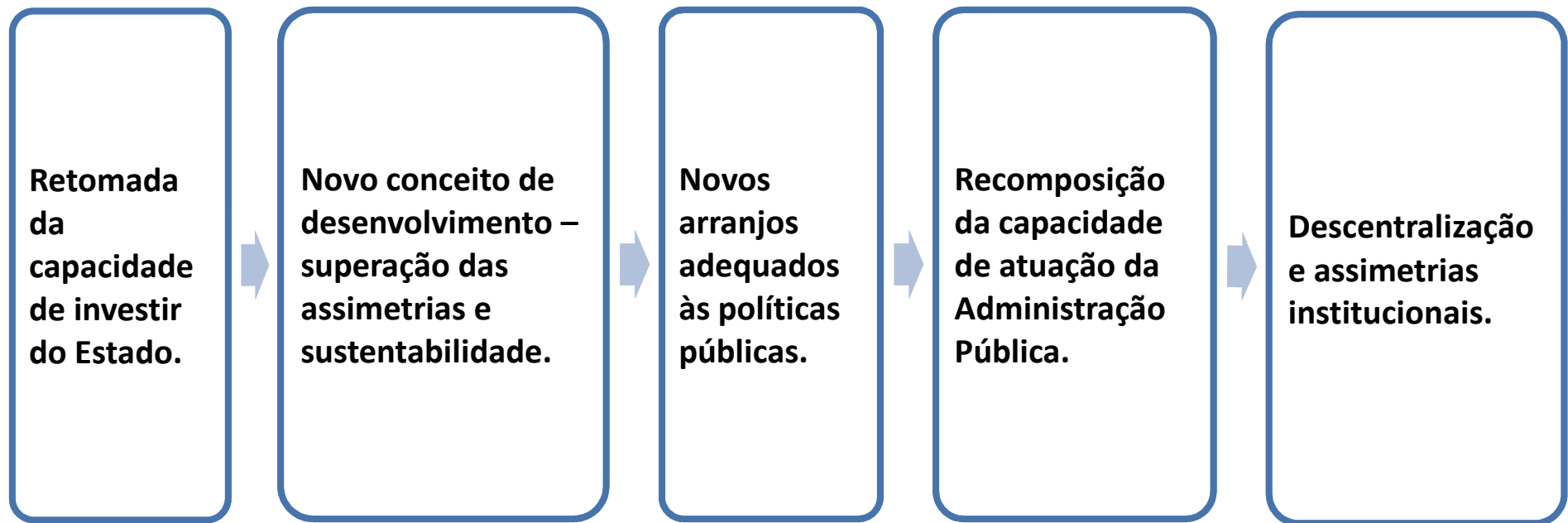
DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

QUESTÕES DE FUNDO

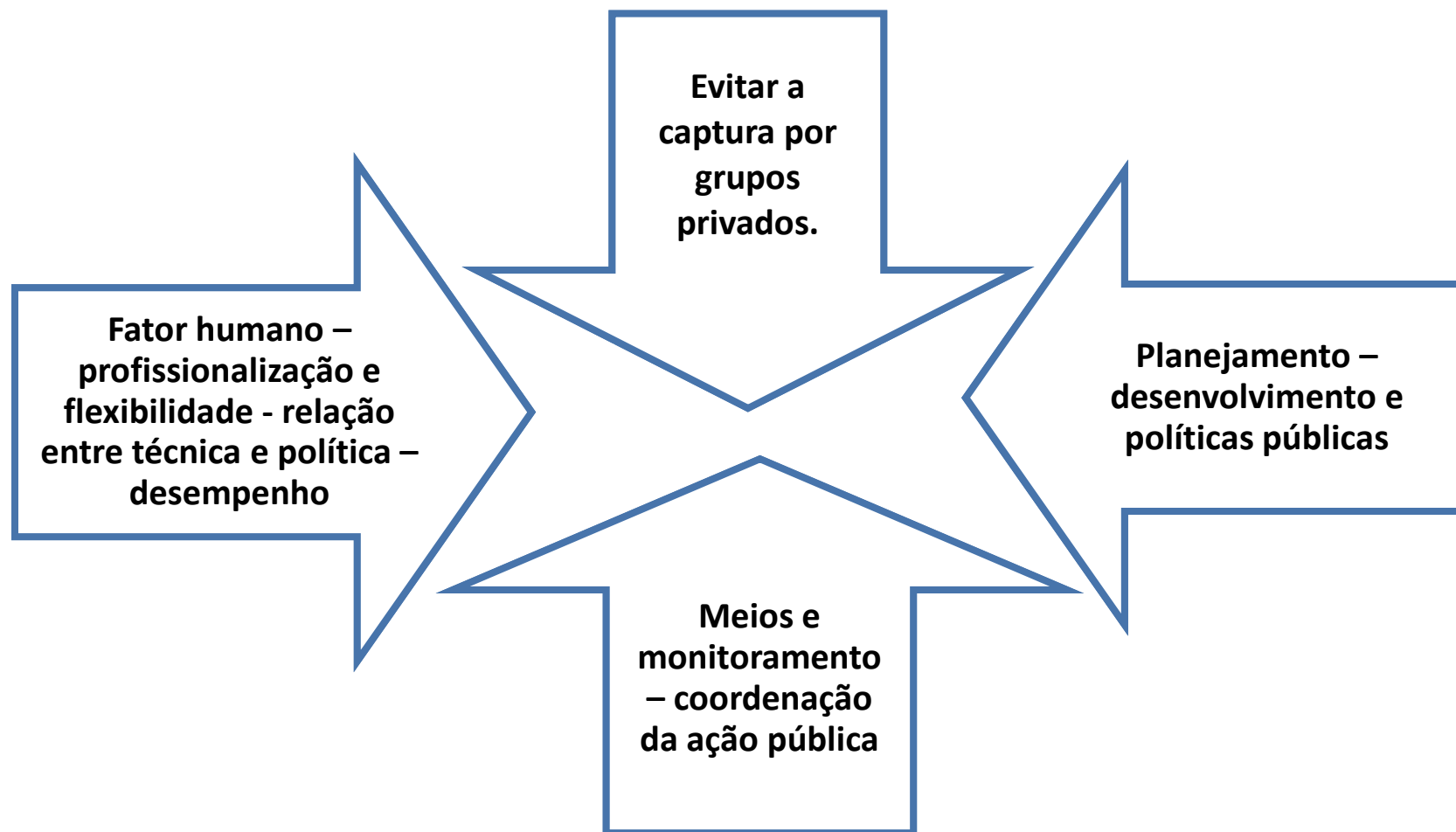
**Modelo federativo –
competição e cooperação – a
questão da coordenação –
elaboração e implementação
compartilhadas.**

**Governabilidade complexa e seus
efeitos na governança.**

UM NOVO ESTADO PARA UM NOVO PAÍS

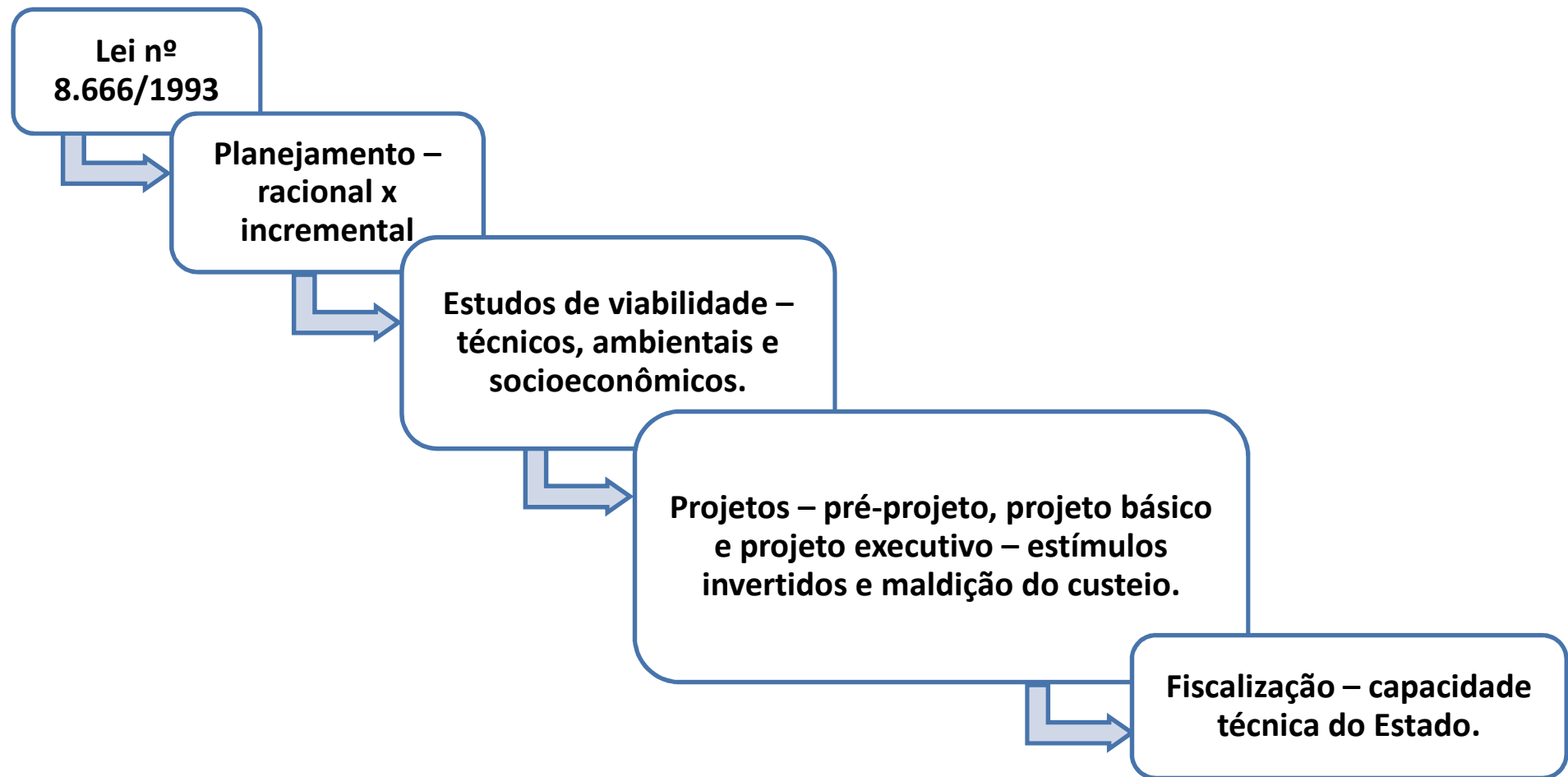


GRANDES DESAFIOS

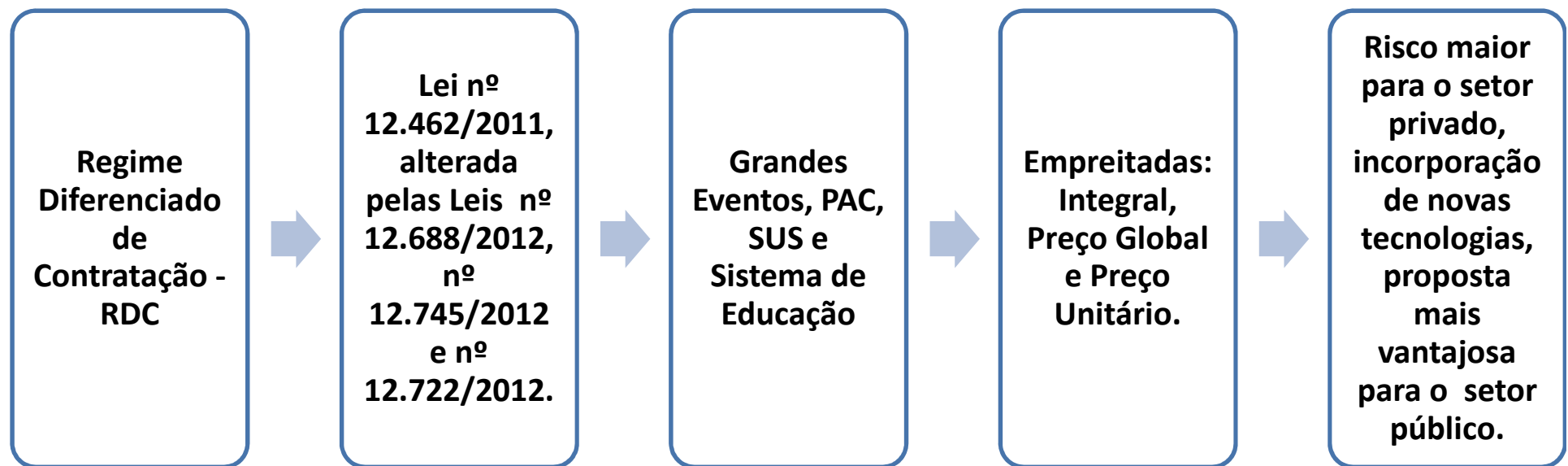


CONTRATAÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

CONTRATAÇÃO DE OBRAS



CONTRATAÇÃO DE OBRAS



TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Convênios

Instrumento que formaliza transferências voluntárias entre um órgão da Administração Pública Federal e estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos.

Contratos de Repasse

Instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

Lei Federal nº 8.666/1993 – art. 116.

Decreto nº 6.170/2007

Portarias Interministeriais nº 507/2011 e nº 169/2012

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Termo de Parceria

instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

Lei Federal nº 9.790/1999.

Decreto nº 3.100/1999

Portarias Interministeriais nº 507/2011 e nº 169/2012

TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

Termo de Compromisso

Transferência pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos estados, Distrito Federal e municípios para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Lei Federal nº 11.578/2007

CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Contrato de consórcio público

União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum.

**Lei Federal nº 11.107/2005.
Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.**

Saúde – considerar a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

BENS E SERVIÇOS

Contratos Administrativos

Serviços executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração de um anos prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses.

Lei Federal nº 8.666/1993 - art. 57, inciso II, alterada pela Lei Federal nº 9.648/1998.

BENS E SERVIÇOS

Pregão

Aquisição de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pode ser feito na forma eletrônica - quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Lei Federal nº 10.520/2002

Decreto nº 3.555/2000

Pregão Eletrônico – Decreto nº 5.450/2005 -

BENS E SERVIÇOS

Ata de Registro de Preços

Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

Registram-se preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

Lei Federal nº 8.666/1993 - art. 15.

Decreto nº 7.892/2013

Accountability, Transparência e Controle

Accountability
Horizontal –
Inter e entre
poderes

Divisão de poderes – “todo aquele que detém poder tende a dele abusar” (Montesquieu)

Controle Interno:
Ouvidorias
Controladorias
Corregedorias.

Controle externo:
Parlamento e Tribunal de Contas
Ministério Público
Poder Judiciário

Accountability

Vertical – Sociedade

Políticos:

Processo Eleitoral – frequentes, participativas e idôneas

Participação social – audiências, orçamento participativo, conselhos, conferências etc.

Legislação participativa.

Burocratas:

Concurso público

Avaliações

Transparência

- A publicidade é a regra e o sigilo, a exceção.
- Disposição dos governos de não serem transparentes.
- Filtro dos corpos intermediários – esfera pública.

Sociedade precisa de mecanismos:

- Portal da transparência

www.portaltransparencia.gov.br

- Lei de acesso à informação - Lei nº 12.527/2012.

“Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.”

- Disponibilização direta (art. 8º).
- Serviço de Informação ao Cidadão – CIC (art. 9º).
- Promoção de audiências públicas.



Curso de Ambientação para Analista Técnico de Políticas Sociais

Obrigado!

Contato: amarildobaesso@gmail.com



Ministério do
Planejamento, Orçamento
e Gestão

